

Juizado, mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes.

- C) Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado não proferirá sentença.
- D) Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral.
- E) O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro pelas partes. Se este não estiver presente, o Juiz convocá-lo-á e designará, de imediato, a data para a audiência de instrução.
45. Levando-se em conta os atos processuais nos juizados podemos afirmar que:
- I - Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária;
- II- Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis;
- III - Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- A) Todas as alternativas estão corretas  
B) Todas as alternativas estão erradas  
C) Apenas as alternativas I e II estão corretas  
D) Apenas as alternativas II e III estão corretas  
E) Apenas as alternativas I e III estão corretas
46. Sobre a Lei Complementar nº 230/2017 (que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí), assinale a alternativa correta:
- A) Os Juizados Especiais e as turmas recursais são considerados unidades judiciárias de primeiro grau.  
B) As Turmas Recursais são consideradas unidades judiciárias de segundo grau.  
C) Cada uma das Turmas Recursais conta com uma secretaria própria para o atendimento da respectiva demanda processual.  
D) As Diretorias de Juizados Especiais não são consideradas unidades de apoio direto e indireto aos órgãos judiciários de 1º grau da Capital.  
E) As Turmas Recursais não são consideradas unidades de apoio direto e indireto aos órgãos judiciários de 1º grau da Capital.
47. No Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, os embargos de declaração:
- A) São cabíveis contra a sentença, mas não são cabíveis contra o acórdão.  
B) Se não interpostos, impedem que os erros sejam corrigidos de ofício.  
C) Podem ser interpostos oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.  
D) Interrompem o prazo para interposição de outros recursos.  
E) São cabíveis contra o acórdão, mas não são cabíveis contra a sentença.

48. Analise as assertivas seguintes, à luz da Lei n.º 9.099/1995, e marque a opção incorreta em relação as disposições sobre sentença e recursos:

- A) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.  
B) Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, salvo se genérico o pedido.  
C) É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na Lei 9.099/1995.  
D) O recurso será julgado por uma turma composta por três Juizes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.  
E) No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.

### ÉTICA

49. "A Moral, ou seja, a fundamentação de valores, é um processo muito mais antigo e universal na história da humanidade do que a Ética propriamente dita. Quando Aristóteles fundamentou a Ética como conhecimento que busca a finalidade (objetivo) da ação humana, ele estava, na verdade, refletindo sobre essa finalidade (ou seja, buscando a finalidade por uma racionalização)."

Ética e Moral são termos tidos por muitos como sinônimos. No entanto, as suas diferenças se apresentam na literatura e no mundo prático.

As afirmações abaixo apontam para as diferenças entre Ética e Moral, assinale a incorreta.

- A) A Moral tende para os preceitos, as regras e princípios que conduzem a atividade das pessoas, sendo a Ética a sua balança.  
B) A Moral está vinculada aos costumes e às decisões das pessoas; a Ética, à sua avaliação.  
C) A Moral surge de valores necessários ao bem-estar daquela comunidade; a Ética avalia os valores daquela sociedade.  
D) A Moral é um princípio de condução e avaliação das atividades humanas, não existem ordem e coerência sem as regras morais, por outro lado, a Ética vem dar estabilidade às estruturas do Estado e da Sociedade.  
E) A Moral pode nos fazer conformar com a sociedade, mas a Ética irá questioná-la.

50. São princípios éticos que orientam o serviço público, exceto:

- A) A moralidade pública.  
B) A dignidade humana e o respeito às pessoas.  
C) A publicidade.  
D) A integridade, a honestidade e o decoro.  
E) A eficiência na execução de suas atividades, sem prejuízo da qualidade e da celeridade, considerando que cada ação ou omissão funcional impacta em todo o Poder Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ - EJUD

## SELEÇÃO PÚBLICA PARA JUIZES LEIGOS E CONCILIADORES

# CONCILIADOR

### Informações Gerais:

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões;
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

### Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta: nome, função a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal;
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, **preta**;
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada, no cartão-resposta.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato;
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado;
- Não haverá substituição de cartão-resposta.

### Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique imediatamente ao fiscal;
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão-resposta.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação da seleção pública.

**LÍNGUA PORTUGUESA**

1. De acordo com a Gramática normativa, frase e oração apresentam, respectivamente, como requisito:
  - A) Sentido completo e a presença de, pelo menos, um verbo.
  - B) A presença de, pelo menos, um verbo, e sentido completo.
  - C) Uma locução verbal e um enunciado qualquer.
  - D) Um nome e um verbo.
  - E) Uma declaração e uma ação do sujeito.
  
2. A Gramática normativa preconiza como termo essencial da oração:
  - A) Predicativo
  - B) Sujeito
  - C) Objeto direto
  - D) Objeto indireto
  - E) Adjunto adnominal
  
3. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), não é característica da Redação Oficial:
  - A) Objetividade
  - B) Concisão
  - C) Impessoalidade
  - D) Uso da norma padrão da língua portuguesa
  - E) Conotatividade
  
4. Dentre os gêneros textuais abaixo, marque aquele que não é previsto no Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição):
  - A) Ofício
  - B) Memorando
  - C) Certidão
  - D) Memorial
  - E) Requerimento
  
5. A última reforma ortográfica da língua portuguesa não manteve o acento gráfico da palavra:
  - A) Cônjuge
  - B) Júri
  - C) Assembléia
  - D) Jurídico
  - E) Acórdão
  
6. Em um texto de redação oficial, é correto o fecho da correspondência com:
  - A) Expressões que denotem intimidade entre os interlocutores.
  - B) Expressões de baixo calão.
  - C) Expressões que realcem a mútua admiração entre os interlocutores.
  - D) Expressões que mantenham a parcialidade na comunicação.
  - E) Expressões que mantenham a imparcialidade na comunicação.
  
7. Em qual das sentenças abaixo o pronome de tratamento está incorreto:
  - A) Sua Excelência, o Ministro da Educação, foi à solenidade.
  - B) Vossa Excelência, Senhor Ministro, deve ir à solenidade.

- C) Como vai Vossa Excelência, seu pai, o Governador do Estado?
  - D) Como vai Sua Excelência, seu pai, o Governador do Estado?
  - E) Como vai seu pai, o Governador do Estado, Excelência?
8. Os reitores de universidades, em correspondências oficiais, devem ser tratados como:
    - A) Vossa Eminência
    - B) Vossa Magnificência
    - C) Vossa Senhoria
    - D) Vossa Excelência
    - E) Vossa Magnificença
  
  9. Na sequência linear da oração “*ele ria à toa*”, tem-se respectivamente:
    - A) Verbo intransitivo + sujeito + locução adjetiva
    - B) Verbo transitivo + sujeito + locução adverbial
    - C) Sujeito + verbo intransitivo + locução adverbial
    - D) Sujeito + verbo intransitivo + adjunto adnominal
    - E) Sujeito + verbo transitivo + adjunto adverbial
  
  10. “*Fé na vida, fé no homem, fé no que virá. Vamos lá fazer o que será.*” A oração grifada tem função:
    - A) Adverbial
    - B) Adjetiva
    - C) Objetiva
    - D) Subjetiva
    - E) Completiva nominal

**DIREITO PENAL**

11. Sobre os delitos contra a honra e suas implicações no Direito Penal, marque a assertiva certa.
  - A) O crime de calúnia, dada a natureza formal, não admite a modalidade tentada.
  - B) O simples compartilhamento de notas ou notícias difamatórias, já propagadas nas plataformas de mídia social, tem condão de configurar o crime de difamação.
  - C) A retratação é causa excludente de ilicitude, segundo a legislação penal.
  - D) Para parte da doutrina e jurisprudência, as sociedades empresariais podem ser vítimas de calúnia, quando lhes imputarem a prática de crimes ambientais.
  - E) O prazo decadencial para proposição da queixa-crime de injúria é de seis meses, fluindo a contar da data da manifestação da ofensa.
  
12. No que tange às regras e à jurisprudência recente, que versam acerca dos Juizados Especiais Criminais, avalie as afirmações e selecione a correta.
  - A) São de competência dos Juizados Especiais os delitos de menor potencial lesivo, cuja pena máxima seja superior a dois anos, mas inferior a três anos, sem prejuízo de eventual multa cabível.
  - B) O Juizado Especial Criminal é competente para julgar crime de ameaça, ainda que veiculada em mídia social e em contexto de violência doméstica.
  - C) De acordo com decisão recente do STF, a competência para julgamento e aplicação dos institutos despenaliza-

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

39. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:
  - I - O abatimento proporcional do preço, com acréscimo de cláusula penal de 10% (dez por cento) de seu valor.
  - II - O abatimento proporcional do preço.
  - III - A restituição imediata da quantia paga, em seu valor histórico.
  - IV - A complementação, em dobro, do peso ou medida.
  - V - A substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
 Estão corretas apenas as exigências:
  - A) I e V
  - B) II e IV
  - C) I e V
  - D) II e V
  - E) II, III e V
  
40. Tendo em consideração os princípios constitucionais da ordem econômica e da função socioambiental da propriedade, combinados com o direito básico do consumidor à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, marque a alternativa que se trata de aplicação incorreta dos princípios retromencionados:
  - A) A obrigação de produtores e comerciantes de veículos automotores informarem o nível de emissão de gases tóxicos decorrentes da queima de combustível dos motores.
  - B) A obrigação de comerciantes informarem se os sacos plásticos postos à disposição para transporte das mercadorias adquiridas são biodegradáveis.
  - C) A obrigação de produtores e comerciantes de carne bovina de informarem a origem do produto, tendo em vista a degradação ambiental na Amazônia provocada pela expansão da fronteira agropecuária.
  - D) A obrigação de produtores e comerciantes de pilhas e baterias informar dos riscos relacionados ao seu descarte inadequado.
  - E) A obrigação de estabelecimentos públicos ou privados, que abriguem recintos coletivos, de informar se pretendem criar ou não áreas destinadas exclusivamente aos fumantes, devidamente isoladas e com arejamento conveniente.
  
41. Conforme previsto pelo Código de Defesa do Consumidor, o prazo para reclamar sobre vício oculto de produto durável é de:
  - A) 30 (trinta) dias, a contar da aquisição do produto.
  - B) 90 (noventa) dias, a contar de quando ficar evidenciado o vício.
  - C) 90 (noventa) dias, a contar da aquisição do produto.
  - D) 30 (trinta) dias, a contar da entrega do produto.
  - E) 90 (noventa) dias, a contar da entrega do produto.

42. Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor - CDC, a sentença fará coisa julgada:
  - A) *Intra partes*, em hipóteses que versem sobre direitos individuais difusos, assim entendidos, para efeitos do CDC, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
  - B) *Ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, quando se tratar da hipótese que exprima interesses ou direitos difusos.
  - C) *Erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, na hipótese de interesses ou direitos coletivos, assim entendidos como os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si.
  - D) *Ultra partes*, excepcionalmente quando grupo, categoria ou classe que não haja intervindo no curso do processo, intentar ação concorrente com mesmo objeto e diversidade do pedido que trate de interesse coletivo e homogêneo.
  - E) *Erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores no caso de interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos, para efeitos do CDC, os decorrentes de origem comum.
  
43. Marque a alternativa correta quanto à disciplina de proteção ao consumidor.
  - A) O Código de Defesa do Consumidor, ao tratar das cláusulas abusivas, optou pelo sistema aberto de proteção que se baseia em conceitos legais que possibilitam a melhor adequação aos casos concretos.
  - B) Em regra, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva anula o contrato, haja vista que quebra a boa-fé exigida nas relações de consumo.
  - C) A cláusula que retira do consumidor a opção do reembolso das quantias já pagas somente não será declarada nula se devidamente justificada e destacada no contrato.
  - D) É anulável a cláusula que obriga o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo do contrato, após a sua celebração, haja vista que pode implicar ônus excessivo à parte mais fraca da relação.
  - E) Ainda que o Código de Defesa do Consumidor tenha como um de seus fins a proteção da parte considerada mais fraca na relação de consumo, restou assegurada alguma margem de autonomia ao consumidor, desde que demonstrado que possui certo grau de instrução, como no caso da renúncia ao direito de indenização por benfeitorias, desde que necessárias.

**JUIZADOS ESPECIAIS**

44. Sobre a conciliação e o juízo arbitral no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, é incorreto afirmar que:
  - A) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado mediante sentença com eficácia de título executivo.
  - B) É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo

o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- C) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- D) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- E) Será concedido "habeas-data" para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

34. Preconiza o professor Celso Antônio Bandeira de Mello, "[...] violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. Isso porque, por ofendê-lo, abatem-se as vigas que o sustentam e alui-se toda a estrutura nelas esforçada".

Nesse contexto, o princípio da continuidade dos serviços públicos implica, essencialmente, para:

- A) Os administrados, o direito de não presenciarem quaisquer greves de trabalhadores responsáveis pela prestação de serviços públicos.
- B) A Administração Pública, o dever de prestá-los a todos, sem interrompê-los até mesmo em relação aos administrados que deixem de pagar a devida contraprestação em dinheiro, visto serem considerados serviços essenciais.
- C) A Administração Pública, o dever de não interromper a sua prestação injustificadamente, somente podendo fazê-lo com fundamento no ordenamento jurídico.
- D) Os administrados, o direito de usufruí-los gratuitamente, inclusive quando sejam tais serviços remunerados e não gratuitos, visto serem sempre essenciais.
- E) A Administração pública, o dever de zelar pela celeridade na prestação dos serviços públicos.

35. Assinale a alternativa correta acerca dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública:

- A) O princípio da publicidade dispensa publicação no Diário Oficial do Estado, desde que o particular interessado tenha sido notificado sobre o ato administrativo que lhe seja pertinente.
- B) O princípio da autotutela abrange a faculdade que possui a Administração Pública de rever seus próprios atos.
- C) A supremacia do interesse público é hierarquicamente superior aos demais princípios, devendo ser aplicado sempre que houver embate entre direito público e direito privado.

- D) O princípio da eficiência autoriza a mitigação do princípio da legalidade sempre que houver necessidade de privilegiar o alcance de melhores resultados na prestação de serviços públicos.
- E) O princípio da moralidade administrativa, embora previsto de forma individualizada na Constituição Federal, somente é aplicável à Administração Pública quando o ato praticado revestir-se de ilegalidade.

36. Acerca das normas que tratam das finanças públicas (Lei Complementar nº 101/2000), denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa que representa a assertiva incorreta:

- A) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- B) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- D) As disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal obrigam somente a União, os Estados e os Municípios.
- E) A Renúncia de Receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

37. Acerca da Lei nº 7.347/1985 (ação civil pública), não têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

- A) A autarquia e a empresa pública.
- B) A Defensoria Pública e cooperativas.
- C) A fundação ou a sociedade de economia mista.
- D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- E) A associação constituída há pelo menos 3 (três) anos.

38. Acerca do Controle da Administração Pública, assinale a assertiva correta:

- A) O Controle da Administração Pública ocorre somente por meio do Controle Externo.
- B) O Controle do Mérito Administrativo não pode ser exercido por quem o praticou.
- C) O Tribunal de Contas do Estado do Piauí não pode exercer o controle externo do Poder Judiciário do Estado do Piauí.
- D) O Controle da Administração Pública pode ser prévio, concomitante ou posterior.
- E) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, vedado o exercício do controle interno por cada Poder.

dores aos crimes de menor potencial ofensivo é absoluta dos Juizados Especiais Criminais.

- D) Nas hipóteses de ação penal incondicionada que couber apenas a sanção de multa, o juiz poderá reduzi-la até a metade.
- E) É defesa a proposição de ações penais públicas incondicionadas no âmbito do Juizados Especiais Criminais.

13. Em análise ao Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/97, com base nas alterações provocadas pela Lei nº 12.760/12, a materialidade do ilícito previsto no art. 306 (dirigir o veículo com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência):

- A) Se concretiza apenas por exame de alcoolemia.
- B) Se concretiza se resultar de acidente com vítima.
- C) Se concretiza independente da submissão do condutor a exame, admitindo-se a comprovação por vídeo, testemunhos ou outros meios de prova admitidos.
- D) Somente se aplicará a condutores habilitados.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

14. Com base nas normas da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, considere as afirmações abaixo.

I - A prisão preventiva do agressor é incabível em qualquer hipótese.

II - O agressor e a ofendida devem estar unidos por vínculo familiar.

III - A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Qual a alternativa correta?

- A) Apenas I
- B) Apenas II
- C) Apenas III
- D) Apenas I e III
- E) I, II e III

### PROCESSO PENAL

15. Acerca da Lei Processual, no tempo e no espaço, assinale a assertiva correta segundo o Código de Processo Penal e à luz da doutrina majoritária.

- A) A lei processual, a partir do início da sua vigência, tem aplicação imediata, atingindo inclusive os processos que já estão em curso, em virtude do princípio do efeito imediato.
- B) A doutrina majoritária defende que a irretroatividade da lei penal mais gravosa também deve ser aplicada à norma processual, de sorte a potencializar as garantias inerentes ao imputado.
- C) De acordo com o princípio *tempus regit actum*, em consonância com o previsto no art. 2º, do Código de Processo Penal, publicada nova lei processual, os atos processuais já praticados deverão ser retificados, para adequação à lei vigente.
- D) O processo penal rege-se, em todo o território brasileiro, pelo Decreto Lei nº 3.689/1941 (Código de Processo Penal), ressalvados os tratados, as regras do direito

internacional e os processos por crimes eleitorais.

- E) Via de regra, a lei processual penal, uma vez publicada, possui efeitos de extratividade, retroatividade e ultratividade.

16. De acordo com o art. 69, parágrafo único, da Lei no 9.099/95 (Juizado Especial Criminal) "Ao autor do fato típico definido como crime de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante"

- A) desde que repare o dano ou restitua a coisa à vítima.
- B) desde que o agente tenha bons antecedentes.
- C) desde que não se trate de reincidente específico.
- D) desde que seja primário.
- E) nem se exigirá fiança.

17. Tradicionalmente, a doutrina tem conceituado a competência como a medida e o limite da jurisdição. Acerca da competência criminal é incorreto afirmar:

- A) No processo penal, a incompetência relativa pode ser reconhecida de ofício.
- B) A Justiça do Trabalho possui competência criminal para processar e julgar delitos que envolvem matéria sujeita à sua jurisdição, como, por exemplo, o crime de redução à condição análoga à de escravo, previsto no art. 149 do Código Penal.
- C) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.
- D) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionado às funções desempenhadas.
- E) Compete à Justiça Eleitoral julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos.

18. Sobre a prova no processo penal, à luz do Código de Processo Penal e da jurisprudência, assinale a alternativa incorreta:

- A) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- B) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- C) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a condução coercitiva de investigados e de réus para interrogatório é incompatível com a Constituição Federal.
- D) A testemunha que deixar de comparecer à audiência por motivo injustificado poderá ser conduzida coercitivamente por determinação do juiz.
- E) Não obstante a ausência de previsão legal, a jurisprudência tem admitido o reconhecimento do acusado através de fotografia.

19. Sobre os princípios processuais penais, é correto afirmar:

- A) O julgamento por órgão colegiado composto majoritariamente por juizes de primeiro grau convocados viola o princípio do juiz natural e o duplo grau de jurisdição.
- B) De acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a execução provisória da pena não viola

- o princípio da presunção da não culpabilidade.
- C) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade é atípica, pois se trata de um dos desdobramentos do princípio do *nemo tenetur se detegere*, segundo o qual ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo.
- D) O Código de Processo Penal prevê expressamente a inadmissibilidade das provas ilícitas por derivação (a chamada Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada).
- E) O princípio do duplo grau de jurisdição encontra-se expressamente previsto na Constituição Federal.

## DIREITO CIVIL

20. Arnaldo e Raimundo, maiores e plenamente capazes, firmaram um contrato de compra e venda de um imóvel no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exclusivamente por meio de instrumento particular, não levado a registro público. Considerando apenas essa informação, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Civil.
- A) O contrato de compra e venda firmado entre Arnaldo e Raimundo atende a todos os requisitos de validade previstos no Código Civil.
- B) O contrato de compra e venda firmado entre Arnaldo e Raimundo é inválido, ante a ausência de escritura pública como elemento essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- C) Para ser considerado válido, o contrato de compra e venda firmado entre Arnaldo e Raimundo dispensa a escritura pública, prevalecendo a liberdade de contratar.
- D) A escritura pública somente é necessária para os negócios jurídicos de doação que sejam superiores a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no país, não havendo nenhuma irregularidade no contrato firmado entre Arnaldo e Raimundo.
- E) O Código Civil de 2002 não previu a obrigatoriedade de escritura pública para nenhum tipo de negócio jurídico, razão pela qual o contrato firmado entre Arnaldo e Raimundo é válido e eficaz.
21. Sobre a responsabilidade civil e direito à indenização, conforme disposto no Código Civil, assinale a alternativa correta.
- A) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
- B) A culpa concorrente da vítima é apta a romper o nexo de causalidade entre a conduta e o dano, configurando-se como causa de excludente da responsabilidade civil do ofensor.
- C) Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, desde que fique demonstrado o seu comportamento culposo, tratando-se de responsabilidade civil subjetiva.
- D) O morador de prédio não responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançados em lugar indevido, mas apenas se tais objetos forem lançados da unidade imobiliária que habita.
- E) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

22. O Código Civil estabelece algumas hipóteses legais de interrupção do prazo prescricional. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que não se caracteriza como hipótese de interrupção da prescrição:
- A) Por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- B) Por protesto cambial.
- C) Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- D) Por participação em sessão de conciliação judicial.
- E) Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

23. São pessoas jurídicas de direito privado, exceto:

- A) As associações.
- B) As sociedades.
- C) As fundações.
- D) As organizações religiosas.
- E) As sociedades de economia mista.

## PROCESSUAL CIVIL

24. Assinale a alternativa certa, nos termos do Código de Processo Civil:

- A) Quando a lei ou o juiz não determinar o prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.
- B) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 03 (três) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- C) Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- D) Interrompe-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.
- E) Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios ainda que haja anuência das partes.

25. Considerando as disposições do Código de Processo Civil a respeito do Litisconsórcio, assinale a alternativa errada:

- A) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- B) O juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, ainda quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- C) O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- D) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo e todos devem ser intimados dos respectivos atos.
- E) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

26. Em matéria sobre direito probatório, é correto afirmar:

- A) Caberá ao juiz, desde que requerido da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- B) O juiz pode indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias. Em audiência, é dispensável expor as razões da decisão.
- C) Uma prova requerida pela parte não pode ser interpretada em seu desfavor.
- D) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
- E) Sempre caberá à parte autora comprovar a veracidade dos fatos alegados na inicial.

27. Considera-se atividade de saneamento do processo, exceto:

- A) Resolver as questões processuais pendentes.
- B) Julgar improcedente o pedido, quando afronte precedente judicial com efeito vinculante.
- C) Definir a distribuição do ônus da prova.
- D) Delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito.
- E) Delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória.

28. No que pertine aos princípios gerais do Direito Processual Civil, podemos afirmar que:

- A) Em algumas situações pode se excluir da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- B) Somente se admite arbitragem quando previsto em lei.
- C) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do ministério público, inclusive no curso do processo judicial.
- D) Em qualquer hipótese, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- E) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Poderá propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, exceto:

- A) Presidente da República.
- B) Mesa do Senado Federal.
- C) Mesa da Câmara dos Deputados.
- D) Procurador-Geral da República.
- E) Todos os Partidos Políticos.

30. Sobre as Competências Legislativas, assinale a alternativa correta:

- A) É constitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- B) É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- C) É competente o município para fixar o horário de funcionamento dos bancos.
- D) É competência concorrente da União e do Distrito Federal legislar sobre vencimentos dos membros das polícias

- civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- E) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

31. No que toca ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- A) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, não podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, por conta do princípio da publicidade.
- B) Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas, da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- C) Aos juízes é vedado receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- D) Somente pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- E) A União, no Distrito Federal e nos Territórios, os Estados e Municípios criarão juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumário, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação, e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

32. No que toca aos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos no corpo da Constituição Federal, todas as assertivas estão corretas, exceto:

- A) Permite-se a livre manifestação do pensamento, nele incluído o anonimato.
- B) Assegura-se o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- C) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- D) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- E) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

33. Em relação aos remédios constitucionais, assinale a alternativa incorreta.

- A) Conceder-se-á *"habeas-corpus"* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- B) Será concedido mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *"habeas-corpus"*, *"habeas-data"* ou mandado de injunção, quando